

**TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO  
(COMPRAS)**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL  
PREGÃO Nº 08/2023.**

**(Processo Administrativo n.º 19615.720115/2022-38)**

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de materiais diversos para atender demanda da Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho – DIREP04, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT*	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
1	Furadeira/Parafusadeira: Bivolt com 2 baterias de íon de lítio de 20V, mandril de 1/2 polegada, com impacto, torque máx de 40nm, 0 - 1500 rpm, com maleta ou bolsa p/ transporte.	449660	unidade	1	1.094,00	1.094,00
2	Kit de ferramentas com no mínimo: 200 peças, 16 brocas HSS-TIN, 7 brocas p/ madeira, 3 brocas chatas, 16 bits de parafusadeira de 100mm, 42 bits de parafusadeira de 50mm, 66 bits de parafusadeira de 25mm, 1 porta bit de engate rápido, 10 chaves soquete, 4 limitadores de profundidade, 1 chave allen de 2.5 p/ limitador de profundidade, 1 escareador, 5 serras copos, 1 broca guia p/ serra copo, 1 nivelador, 1 trena de 5m, 1 calibrador de profundidade, 1 estilete com 7 lâminas, 1 mini lanterna, 1 bit flexível, 8 soquetes, 1 fixador de soquetes, 1 catraca p/ chave de fenda, 1 pinça, 1 alicate, 1 punção e 1 chave inglesa.	458754	kit	1	740,80	740,80
3	Grampeador tapeçaria: Grampeador de uso profissional, do tipo utilizado em tapeçaria, que utilize grampos de tamanho 106/4, 106/6 e 106/8, com capacidade para fixação em madeira	478188	Unidade	5	147,70	738,50
4	Grampo galvanizado: grampo galvanizado para tapeçaria. Tamanho 106/6.	451893	Caixa com 5000 unidades	2	22,75	45,50
5	Forno de micro-ondas, Material aço, Capacidade 31 L, Voltagem 220 V, Características adicionais chave de segurança, Funções grill, dourador, descongelar. Potência 900W, Cor branca, com prato giratório, luz interna, trava de segurança e timer. Selo PROCEL. Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE: Eficiência energética A. Deverá acompanhar manual do fabricante.	405329	Unidade	35	803,39	28.118,65
6	Cafeteira elétrica: capacidade mínima de 1,2L, material aço inoxidável. Potência mínima 750 W. Capacidade para manter o café quente. Deverá acompanhar manual do fabricante.	470922	Unidade	2	280,17	560,34
7	Televisor 55" bivolt: tamanho tela: 55 polegadas, voltagem: bivolt, características adicionais: Smart TV, FULL HD, entradas HDMI, USB, conversor digital integrado, tipo tela: LED, acessórios: controle remoto, VHF e UHF, base para fixação e parafusos da base. Selo PROCEL. Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE: Eficiência energética A. Deverá acompanhar manual do fabricante.	471011	Unidade	2	2.974,94	5.949,88
8	Ventilador: Ventilador tipo coluna, potência motor: 200 w, tensão alimentação: 110/220V (bivolt seletivo), características adicionais: oscilante, regulagem de altura e velocidade, material: aço e plástico, diâmetro: 60 cm, cor: preta. Silencioso. Selo PROCEL. Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE: Eficiência energética A. Deverá acompanhar manual do fabricante	470674	Unidade	3	327,33	981,99
9	Ar condicionado portátil: 12.000Btu/h. Funções de resfriamento, ventilação e desumidificação. Mínimo 3 velocidades. Painel digital. Funções Sleep, Timer e Swing. Gás refrigerante R-410A. Voltagem 220V (ou Bivolt). Rodinhas e alça para transporte.	451539	Unidade	2	1.761,70	3.523,40

10	Óculos de proteção: Óculos de segurança com hastes de material plástico, tipo espátula maleável. Lentes confeccionadas em policarbonato óptico na cor transparente, com proteção contra radiação UV, anti-risco e antiembaçante. Com apoio nasal. Deve oferecer proteção contra impactos de partículas volantes frontais.	450515	Unidade	30	6,71	201,30
11	Protetor auricular tipo interno: Protetor auditivo do tipo inserção pré-moldado, confeccionado em copolímero (inserto de silicone), no formato cônico três flanges concêntricos, de diâmetros variáveis. Com cordão. Embalado em caixa plástica. Taxa ou nível de redução de ruído de, no mínimo, 16 dB	337283	Unidade	50	1,97	98,50
12	Fita de sinalização/isolamento: Material plástico. Largura 70mm. Cor preta e amarela. Aplicação: sinalização de advertência. Características adicionais: formato cores em diagonal; zebraada.	355427	Rolo 100 metros	10	18,00	180,00
13	GAZE HIDROFÍLICA COM AGENTE HEMOSTÁTICO: Gaze hidrofílica impregnada com caulim ou quitosana, com tira de duas camadas; O material deve ter propriedade hemostática sem produção de quaisquer reações exotérmicas ou a utilização de animais ou proteínas humanas; Deve medir aproximadamente 7,5cm X 370cm, ser macia, branca e não tecido; Deve ser dobrada em forma de Z, facilitando sua aplicação; Deve conter uma tira detectável por raios-X para fácil identificação; Deve ser estéril e epirogênico; O produto deve ser acondicionado em embalagem selada a vácuo, de abertura fácil, cor verde ou preto; Referência: marca Z-MEDICA LLC, modelo QUIKCLOT COMBAT GAUZE Z-FOLD ou similar; Registrado na Anvisa.	600022	Unidade	23	373,83	8.598,09
14	TORNIQUETE TÁTICO: O torniquete deve fazer cessar 100% a hemorragia massiva nas extremidades dos membros, e proporcionar ao Operador a autoaplicação do objeto; Deve possuir um único sistema de fivela simples para o correto tracionamento que permita uma aplicação extremamente rápida e uma efetiva remoção de folgas; Sua aplicação deve ser simplificada e existir um único protocolo para todas as aplicações; Deve possuir fivela, na cor preta, para passada simples feita em polímero: permite que a afixação e remoção do torniquete no membro seja rápida e simples, diminuindo os giros feitos na barra de tracionamento, resultando em menor perda sanguínea; Deve possuir barra de tracionamento, na cor preta, com sobressaltos nas extremidades, a fim de facilitar seu manejo, de localização fixa, que após aplicação do torniquete, ao ser girada no próprio eixo, traciona o sistema, produzindo a oclusão sanguínea no membro; Deve possuir entrada chanfrada bilateral, na cor preta, para trava rápida da barra de tracionamento, deve suportar o tracionamento para correta oclusão sanguínea; Deve possuir fita, confeccionada na cor cinza, afixada com solda ultrassônica ao torniquete, para fechar a entrada chanfrada bilateral depois da barra de tracionamento travada, com espaço para escrita a caneta; Deve possuir placa de estabilização com bordas arredondadas para não pinçar a pele do Operador; O funcionamento deve ser dado pelo posicionamento justo de fitas formando uma espécie de tubo, que comportará em seu interior outra fita simples, passando livremente por ele. Esta fita simples é conectada à barra de tração, que, ao ser girada, traciona o sistema. Esse conjunto de fitas proporcionam a distribuição igual de toda pressão exercida pelo tracionamento; Sem látex; Recomendado pelo CTCCC – USA; Desenhado para ser aplicado em todas as condições climáticas; Dimensões mínimas aberto: extensão 95,25cm; largura 3,81cm; Conformidade: certificação Européia – CE; ANVISA; Deve ser igual ou semelhante ao Torniquete CAT GEN 7 ou SOF GEN 4; Cor: tan/caqui ou preto.	485515	Unidade	40	279,13	11.165,20

15	<p>PORTA TORNIQUETE: Confeccionado em fitas de poliamida 50mm; Poderá ter as laterais fabricadas em elástico ajustável; Fechamento por velcro; Fixação por sistema M.O.L.L.E. e sistema de fixação para cinto, permitindo que o porta torniquete seja utilizado na horizontal ou na vertical; Dimensões: 14,0cm altura X 5,0cm largura X 4,0cm espessura. Referência: porta torniquete, marca FOR HONOR, ou similar.</p>	480974	Unidade	30	76,81	2.304,30
16	<p>TESOURA PONTA ROMBA: Tesoura do tipo "ponta romba"; Deve possuir capacidade para cortar todos os tipos de tecido, couro, botas e roupas de inverno pesado, bem como gaze e outros tecidos mais delicados; Deve possuir lâminas afiadas, temperadas e rígidas de aço inoxidável com borda serrilhada para cortar materiais mais resistentes; Deve possuir anel de polipropileno para proporcional o máximo de controle e conforto no encaixe dos dedos; Deve possuir cor predominantemente preta; Deve ser totalmente autoclavável à 143°C; Dimensões aproximadas: comprimento total 19,0cm; largura total 10,0cm; espessura total 1,0cm; peso 57g; Deve possuir Certificação Européia – CE; Referência: tesoura, marca NORTH AMERICAN RESCUE LLC, modelo TRAUMA SHEARS ou similar; Registrado na Anvisa.</p>	471655	Unidade	20	31,26	625,20
17	<p>CÂNULA NASOFARÍNGEA: Dispositivo para facilitar a ventilação, mantendo as vias aéreas superiores permeáveis, com indicação de uso em emergências; Deve ser descartável; Apresentação: estéril em embalagem individual pronta para uso imediato; Validade da esterilização: 5 anos; Deverá acompanhar manual de uso em português; Tamanho: nº 6,0 (diâmetro interno de 6mm); Cor contrastante (amarelo brilhante) para melhor visualização do dispositivo durante as manobras; Produzida em PVC siliconado termolábil, permitindo que sua conformação se molde à anatomia local para uma melhor tolerância pelo paciente; Ponta distal atraumática, maciça e arredondada – facilita a inserção; Extremidade distal com dois orifícios laterais – conferem maior segurança na ventilação e permitem a passagem de sonda nasogástrica e/ou aspiração; Rampa interna para direcionar a passagem de sonda nasogástrica e/ou aspiração; Borda proximal alargada em forma de funil para melhor posicionamento e fixação, de forma a restringir o deslocamento inadvertido da sonda através da abertura nasal; Registrado na Anvisa.</p>	474777	Unidade	20	73,29	1.465,80
18	<p>MANTA TÉRMICA: Cobertor térmico para resgate aluminizado; Confeccionada em polietileno aluminizado; Não deformável e à prova d'água; Reflete a temperatura externa mantendo o calor interno; Registrado na Anvisa.</p>	470275	Unidade	20	28,88	577,60
19	<p>SELO DE TÓRAX VALVULADO: Selo de tórax valvulado para a prevenção, gerenciamento e tratamento de um pneumotórax aberto e/ou tensionado potencialmente causado por trauma torácico penetrante; Conjunto de selos de tórax para feridas abertas, curativos valvulados em embalagens impermeáveis (kit com dois selos de tórax para feridas composto de, no mínimo, um curativo com válvula unidirecional); Deve possuir superfície aderente com adesivo hidrogel, elasticidade para aderência em qualquer curvatura do corpo, além de estar apto para ser aplicado em situações climáticas extremas; O kit deve ser embalado no formato individual, em embalagem resistente. Produto de uso único, descartável e estéril; O produto deve ser aprovado pelo CoTCCC; Registrado na Anvisa; Referência: selo de tórax, marca NORTH AMERICAN RESCUE LLC, modelo HyFin Vent Chest Seal Twin Pack; marca MEDICAL DEVICES INC, modelo HALO Vent Chest Seal; marca PROMETHEUS MEDICAL LTD., modelo Russel Chest Seal; marca SAM MEDICAL LLC, modelo Chest Seal Combo, ou similar.</p>	486831	Unidade	23	252,39	5.804,97
20	<p>Guia de condução: Guia, em couro, para condução de cães, medindo entre 1,80/2m x 1,5cm, com mosquetão em latão reforçado ou aço inoxidável.</p>	373024	Unidade	2	72,92	145,84

21	Peitoral: Peitoral para treinamento animal, condução de cães, tamanho M, confeccionado em EVA e revestido em nylon preto, com alça na parte superior, argola em aço inoxidável para fixação da guia, com a inscrição Receita Federal nas laterais, e a logo aduaneira no dorso, conforme Manual de Identificação Visual do Órgão (a ser fornecido).	441740	Unidade	2	290,13	580,26
22	Rasqueadeira: material aço inoxidável, desmontável, com dois tamanhos de dentes, cortados a laser.	296945	Unidade	2	50,06	100,12
23	Comedouro: Comedouro para cães, material: silicone, características adicionais: retrátil, com gancho mosquetão reforçado - Tamanho G.	308325	Unidade	3	23,15	69,45
24	Balde em inox: Balde, material: aço inoxidável, capacidade aproximada: 2,5 litros. Características adicionais: com alça, para uso fixo ou suspenso.	218752	Unidade	4	42,62	170,48
25	Mosquetão duplo: mosquetão duplo em aço inoxidável, medida: 10cm de comprimento, características adicionais: com travas de segurança e abertura do gatilho em 10mm.	486349	Unidade	4	46,75	187,00
26	BANDAGEM ELÁSTICA 4": Bandagem de compressão elástica com tiras de velcro que impedem o deslocamento acidental durante a aplicação; As tiras de velcro fornecem superfícies de aderência durante a aplicação e ajudam a manter a pressão desejada e a posição da bandagem; Possui grampo para fixação; Dimensões: 10,0cm X 160,0cm; Registrado na Anvisa.	486825	Unidade	10	93,72	937,20
27	BANDAGEM ELÁSTICA 6": Bandagem de compressão elástica com reservatório de 3 metros de gaze que pode ser usada separadamente, uma folha plástica oclusiva removível e uma barra de pressão que também pode atuar como protetor ocular; Possuir tiras de velcro que impeçam o deslocamento acidental durante a aplicação, fornecendo superfícies de aderência durante a aplicação ajudando a manter a pressão desejada e a posição da bandagem; Deve possuir grampo de fixação e ser embalada à vácuo; Dimensões: 14,00cm X 97,00cm; Registrado na Anvisa.	486825	Unidade	14	41,36	579,04

28	<p><b>BOLSO APH PARA COLETE TÁTICO MODULAR:</b> Desenvolvimento exclusivo para o transporte de equipamentos e acessórios médicos; Confeccionado em nylon 1000 (Cordura) ou superior, resinado, totalmente impermeável e resistente à hidrólise de forma a oferecer proteção total contra a umidade; Possuir na parte frontal aplicação de insígnia, bandeira ou outras especificações que lhe facilitem sua identificação enquanto material de APH pelo usuário, sem, contudo, apresentar cores diversas dos materiais de que será constituído o restante da parte externa do equipamento, de modo a manter sua discríção; O bolso modular deve ser do tipo M.O.L.L.E. (Modular Lightweight Load-Carrying Equipment); A bolsa deverá ter <math>20 \pm 0,5</math>cm de altura, por <math>13 \pm 0,5</math> cm de largura, por <math>7 \pm 0,5</math> cm de espessura. Não serão admitidas variações de tamanho superiores a 0,5cm por se tratar de padrão internacional que visa garantir sua fixação em qualquer equipamento de qualquer marca que possua o mesmo sistema de montagem; Externamente a bolsa deverá ser construída em duas partes, sendo a principal, contendo o compartimento para os equipamentos de primeiros socorros, e a secundária constituída de uma placa traseira destacável destinada à sua montagem no colete modular através do sistema M.O.L.L.E.; Ambas as partes de que é constituída a bolsa serão ligadas entre si por meio de velcro, de que será revestida a face posterior do compartimento principal bem como a parte anterior da placa destinada à sua montagem no colete modular; A placa que servirá de base à bolsa principal terá sua parte posterior constituída do sistema M.O.L.L.E. de modo a ser fixada no colete do usuário. Tal placa deverá conter duas fitas, cada qual fixada em suas extremidades superior e inferior em sentido vertical, destinada a manter segura a bolsa principal, como forma de dar maior retenção ao equipamento, além de sua fixação por meio do velcro. Tais fitas se unirão em suas extremidades por meio de um fecho plástico de engate rápido; O compartimento principal deverá conter alça fixada em sua parte externa no lado superior destinada a facilitar sua soltura da base quando nela estiver preso apenas mediante as faces revestidas em velcro. Tal alça não deverá apresentar cores diversas dos materiais de que será constituído restante da parte externa do equipamento, de modo a manter sua discríção; O compartimento principal deverá possuir internamente nichos individuais para a colocação de objetos, além de tiras elásticas, foles ou outros mecanismos que facilitem a apresentação do seu conteúdo ao usuário minimizando a ocorrência de perdas; O bolso principal deve ser fechado através de zíperes YKK ambidestros com 02 (dois) cursores com puxadores em fita de nylon; A bolsa preferencialmente conterà mecanismo externo (constituído de bolso, fita, abertura, ou similar) que garanta o pronto acesso à tesoura utilizada em atendimento pré-hospitalar; A bolsa aberta deverá possuir dois compartimentos internos principais, correspondentes a cada uma de suas faces externas, dividindo ao meio sua extensão de profundidade; A cor deverá seguir o padrão preto.</p>	447850	Unidade	6	118,69	712,14
----	---	--------	---------	---	--------	--------

29	<p>MOCHILA DE PRIMEIROS SOCORROS – MODULAR TÁTICA: Mochila confeccionada em cordura 500D, fitas em poliamida e acabamento por viés; Abertura por meio de zíper; Dimensões da mochila fechada: 35cm X 52cm x 10cm; Características internas:</p> <p>a) Paineis de instrumentos primário: painel em cordura 500D, contempla sistema de elástico cambiável e tiras em poliamida travetada, sistema de fixação por velcro. Dimensões: 31,50cm x 18cm; b) Quatro bolsos utilitários: bolso com tela aerada, cordura 500D, abertura por zíper, acabamento por viés, sistema de fixação por velcro. Dimensões: 32,00cm x 10,5cm; c) Dois bolsos em tela aerada, abertura por zíper situado na aba do compartimento principal; d) Bolso em cordura 500D na parte das costas, com velcro para fixação de painel de instrumentos secundário. Dimensões: 32,00cm X 38,00cm. e) Bolso porta reservatório de água em cordura 500D, com fechamento por zíper, entre o bolso das costas. Dimensões: 41,00cm x 17,50cm; f) Painel de instrumentos secundário: painel em cordura 500D, contempla sistema de elástico travetado, sistema de fixação por velcro. Dimensões: 20,50cm X 26,00cm; g) Bolso frontal inferior em cordura 500D com fechamento por zíper externo e interno. h) Painel frontal com alça para transporte fixada por velcro, três fitas de poliamida travetadas no sistema padrão M.O.L.L.E., velcro para patch de 8,0cm x 5,0cm e duas fitas de poliamida para carga adicional tipo maca, com fechamento por engate rápido; i) Alça de transporte superior em fita de poliamida; j) Alças de ombro estofada com modelagem anatômica, em cordura, espuma e tela aerada 3D, sistema de soltura rápida por engates de nylon, travamento de peito e de cintura; k) Placas em polímero interno para maior rigidez da mochila, situadas na parte frontal e costas; l) Sistema modular lateral em fitas de poliamida padrão M.O.L.L.E. Deve acompanhar 4 bolsos utilitários e 1 painel de instrumentos extra; Cor: Coyote/Tan ou preta; Referência: mochila tática, marca TACOPS™, modelo M-9 ASSAULT MEDICAL BACKPACK ou similar.</p>	441758	Unidade	6	129,30	775,80
30	<p>Maleta/Case rígido para fuzil/carabina IA2 5,56: Parte externa rígida de plástico de alta resistência a impacto e ao tempo; Cor preta; Fechaduras que evitem aberturas acidentais; Suporte para utilização de cadeado; Revestimento interno duplo de espuma em formato “caixa de ovo” ou similar; Comporte uma carabina/fuzil de dimensões mínimas de 85cm (C) x 25cm (L).</p>	452838	Unidade	2	689,69	1.379,38
31	<p>Auxiliar de partida veicular (Starter) com compressor de ar (portáteis: 2 em 1): Requisitos mínimos: Bateria 10000mAh. Corrente de saída 350A. Ciclo de vida acima 1000 hr. Voltagem da carga 12V. LED indicador de carga. Entrada 15V/1A; 5V/1A. LED saving 1W. Saída USB 5V/1A e USB 5V/2.1A. Compressor de ar com pelo menos 3 pinos diferentes. 250 Psi. Lanterna de iluminação.</p>	460155	Unidade	2	828,70	1.657,40
32	<p>Cinta/Correia para reboque de carros: Ganchos fabricados em aço carbono. Cinta com comprimento mínimo de 3m x 50mm. Fabricada em poliéster. Carga mínima suportada para tração/reboque de 4 toneladas.</p>	462230	Unidade	2	67,75	135,50
33	<p>Mochilas Táticas, com as seguintes características: Tecido 600D resinado em PVC resistente à água; Sistema MOLLE para acoplar módulos; compartimentos; Cintos de fixação na cintura e no tórax; Alças removíveis; Zíperes duplos de rápido acesso; Correias de compressão laterais; Painel traseiro acolchoado; Múltiplos organizadores internos; Compartimento frontal com porta rádios, documentos e canetas; Compatível com refil de hidratação (até 2 refs de 3L); Velcros de identificação (16x2,5 cm); Capacidade: 55 litros; Dimensões: 52cm altura X 28 cm largura x 30cm profundidade; Peso: 1.764g; Cintos de fixação na cintura e tórax;</p>	465943	Unidade	30	605,00	18.150,00
TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						R\$ 98.353,63

*\*Sugestão de Código do CATMAT para efeito de cadastro do item de licitação. Para efeito de apresentação de proposta e fornecimento dos bens, deverão ser consideradas as descrições/especificações desta tabela.*

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses contados do aceite da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou procedimento/documento similar, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

## **4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

## **5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial, conforme pormenorizado em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

## **6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) aceite da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou procedimento/documento similar, em remessa única, no seguinte endereço: Avenida Mascarenhas de Moraes, 6333, Imbiribeira, Recife-PE, CEP 51210-001.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. São obrigações da Contratante:

- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
  - 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  - 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  - 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
  - 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
    - 8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
  - 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
  - 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
  - 8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.;
  - 8.1.8. nos termos do art. 4º do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, deverá considerar os seguintes critérios e práticas sustentáveis, no que couber:
    - 8.1.8.1. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
    - 8.1.8.2. maior eficiência na utilização de energia;
    - 8.1.8.3. maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
    - 8.1.8.4. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
    - 8.1.8.5. origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens.
  - 8.1.9. nos termos do art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão



conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **12. DO PAGAMENTO**

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1.A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

### 13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões justificadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa:**
  - (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
  - (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

- iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.2. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

- 16.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 16.3. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 16.3.1. Valor Global por item: conforme tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.
- 16.3.2. Valores unitários: conforme tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.
- 16.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global por item.
- 16.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

- 17.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 54.210,43** (cinquenta e quatro mil, duzentos e dez reais, quarenta e três centavos).

## **18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

- 18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação discriminada no Anexo III do Estudo Técnico Preliminar.

## **19. DO ANEXO**

- 19.1. Integra este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, o seguinte anexo:
- 19.1.1. Anexo A – Estudo Técnico Preliminar (considerar os valores e quantitativos deste Termo de Referência. O ETP está com o quantitativo e valores não retificados. O anexo I (Planilha de itens) consta no item 1.1 deste Termo de Referência); o anexo II – considerar que todos os itens serão para entrega total e imediata; o anexo III possui utilidade interna administrativa.

## **20. DA APROVAÇÃO PELO SETOR DEMANDANTE**

- 20.1. Nos termos do art. 29, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, o Termo de Referência cumpre com os requisitos solicitados na Demanda.

Assinado e Datado digitalmente  
Chefe da DIREP04

## **21. DA ELABORAÇÃO E REVISÃO**

- 21.1. Cumpridos os requisitos da legislação de regência, em especial o art. 9º, inc. IX da Lei 8.666/93, e nos termos do Art. 265 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 28/07/2020, propomos apreciação, assinatura e encaminhamento para aprovação do presente Termo de Referência à chefe da DIPOL04.

Assinado e Datado digitalmente  
**Bruno Cirne de Lucena**  
Elaboração  
Membro – Equipe de Planejamento

Assinado e Datado digitalmente  
**Everton Sampaio de Menezes**  
Elaboração  
Membro – Equipe de Planejamento

Assinado e Datado digitalmente  
Revisão  
Chefe do SELIC04

Assinado e Datado digitalmente  
**Rosaline Carneiro de Albuquerque**  
**Tojal**  
Elaboração  
Membro – Equipe de Planejamento

## **22. DA AUTORIZAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO**

22.1. Com fulcro no art. 263, combinado com o art. 168, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, AUTORIZO a realização de processo administrativo, modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, visando à contratação de pessoa jurídica para os fins previstos no item 1.1 deste documento.

22.2. Nos termos do art. 366, inc. II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, combinado com o art. 168, inc. VIII, do respectivo regimento, PROPONHO Aprovação do Presente Documento.

Assinado e Datado digitalmente  
Chefe da DIPOL04

## **23. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

23.1. Ante o Exposto, em conformidade com o disposto no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, bem como nos termos art. 364, §1º, III, do Regimento Interno, APROVO o presente Termo de Referência conforme proposto.

Assinado e Datado digitalmente  
Superintendente da SRRF04